# TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente Termo de Contrato de Prestação de Serviços, o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul – IPE SAÚDE, com sede nesta Capital, na Av. Borges de Medeiros, nº 1945, inscrita no CNPJ sob o n. º 30.483.455/0001-76, neste ato representado por seu Diretor-Presidente Sr. JÚLIO CÉSAR VIERO RUIVO, brasileiro, funcionário público, divorciado(a), residente e domiciliado nesta Capital, RG 9014231212, CPF nº 303.591.390-00, doravante denominado CONTRATADO, e a CAMARA MUNICIPAL DE MOSTARDAS, neste ato representado (a) por seu (sua) Prefeito(a)/Presidente(a), Sr(a). ANELISE LIZ DOS SANTOS, brasileiro(a), Casado(a), RG nº 9027363391, inscrito no CPF nº 606.302.480-87 doravante denominado CONTRATANTE, celebram, com base na autorização legislativa inserta no artigo 37, da Lei Complementar n° 15.145, de 5 de abril de 2018, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 12.066, de 29 de março de 2004, na Resolução IPERGS nº 329, de 27 de dezembro de 2004, com a redação dada pela Resolução IPERGS nº 347, de 31 de janeiro de 2008 e na Portaria 177, de 24 de setembro de 2009, levando em conta, ainda o constante no processo administrativo protocolado sob n° 21/2441-0007150-2.

# CLÁUSULA PRIMEIRA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

 As partes concordam em adotar a legislação própria que dispõe sobre o IPE SAÚDE, texto constitucional, leis complementares e ordinárias, inclusive as produzidas pelo Órgão Gestor, ora CONTRATADO, como Resoluções, Ordens de Serviço, Portarias, Instruções Normativas, exarados com a finalidade de regulamentar as operações de assistência à saúde, aplicando-se aos usuários e seus dependentes, no que couber, as mesmas definições e critérios legais utilizados na Lei Complementar nº 15.145, de 5 de abril de 2018, e, especialmente, na Resolução IPERGS nº 329/04, com a redação dada pela Resolução IPERGS nº 347/08, que regulamenta os contratos de prestações de serviços à saúde.

# CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

 O presente contrato tem por objeto a execução dos serviços de atendimento médicohospitalar, laboratorial, diagnóstico e tratamento, bem como programas e ações específicos, na proporção dos recursos do FAS/RS, destinados à promoção da saúde e à prevenção das doenças, a serem prestados pelo CONTRATADO aos servidores ativos, inativos do Regime Próprio de Previdência, agentes políticos e seus dependentes e pensionistas que optarem pelo plano, mediante contrapartida financeira de valores baseados em cálculo atuarial, observando especialmente o disposto no artigo 11 da Resolução IPERGS nº 329/04, com a redação dada pela Resolução nº 347/08, fixados e reajustados periodicamente, através de Portaria do Órgão Gestor.

# CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Disponibilizar os serviços previstos no Plano IPE SAÚDE, através da sua rede conveniada e/ou credenciada, segundo os critérios contidos nas normas e regulamentos, conforme previsto na Cláusula Segunda deste Termo.

# CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES CONTRATANTE

1. Encaminhar à sede do IPE SAÚDE, na Av. Borges de Medeiros n° 1945, o arquivo de manutenção dos servidores cadastrados e o arquivo de inclusão, caso houver, acompanhado de resumo de recolhimento mensalmente, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da competência, acompanhados de cópia de portaria de nomeação ou exoneração, bem como certidão de óbito ocorrido durante o mês;

1. O não encaminhamento das informações mencionadas no inciso “I”, no prazo estipulado, facultará ao CONTRATADO a cobrança dos valores com base no último mês remetido,

1. Compensando-se posteriormente eventuais diferenças, juros e atualização monetária, se for o caso;

1. Não serão realizados lançamentos individuais para os segurados prejudicados pela falta de informação do CONTRATANTE até a regularização das informações;

1. Proceder ao recolhimento, em favor do CONTRATADO, do valor devido conforme estipulado no presente contrato.

# CLÁUSULA QUINTA: DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA

 A contrapartida financeira mensal para o presente ajuste será de 13,37 % (TREZE INTEIROS E TRINTA E SETE CENTÉSIMOS POR CENTO) incidente sobre o salário de contribuição dos associados vinculados ao CONTRATANTE, considerados os subsídios ou a remuneração total do cargo ou função permanente, constituída pelo vencimento acrescido de adicionais noturno e diurno, de função gratificada, vantagens pessoais e avanços, proventos, salário maternidade, mudanças de nível ou classe, periculosidade, insalubridade, pensão, diferença de salário, parte fixa e variável de vereadores, subsídios fixos e variáveis de prefeito e vice-prefeito, vencimentos para cálculo de aposentadoria, abono FUNDEB, desdobramento de carga horária vinte e quarenta horas no caso de professores e unidocência, EXCLUINDO-SE auxílio alimentação, auxílio natalidade, auxílio transporte, diárias, horas extras, jeton, auxílio creche, FGTS e indenização, FGTS de rescisão, terço de férias, décimo terceiro salário (gratificação natalina), ajuda de custo e abono familiar e parcelas de caráter eventual ou indenizatória, não podendo esta alíquota ser inferior à prevista para os servidores estaduais.

 Parágrafo Primeiro: Em caso de remuneração cumulativa, considerar-se-á como salário de contribuição o seu somatório, inclusive no caso de complementação de aposentadoria e pensão, cabendo ao ente contratante a responsabilidade pelo repasse do valor correto das contribuições de seus servidores.

 Parágrafo Segundo: O repasse dos valores referentes à contrapartida financeira deverá ser feito até o dia 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao de competência.

 Parágrafo Terceiro: Quando se tratar de Prefeitura, o valor da contrapartida financeira será obrigatoriamente deduzido sobre a quota de retorno do ICMS que cabe ao CONTRATANTE, quando o prazo de repasse das contribuições ficará prorrogado até o último dia do mês subsequente ao da competência.

 Parágrafo Quarto: O CONTRATANTE ressarcirá ao CONTRATADO todas as despesas e tarifas bancárias havidas na execução do presente ajuste.

 Parágrafo Quinto: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de recurso financeiro do CONTRATANTE.

# CLÁUSULA SEXTA: DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL

 No prazo de doze (12) meses, a contar da data da assinatura deste, deverá ser efetuado o cálculo atuarial.

Parágrafo Único: Caso o contrato apresente prejuízo ao sistema, deverá ser imediatamente providenciada a alteração da alíquota, de forma a se adequar aos limites estabelecidos no artigo 11 da Resolução nº 329/04, com a redação dada pela Resolução nº 347/08.

# CLÁUSULA SÉTIMA: DAS CARÊNCIAS

 Os segurados abrangidos por este contrato deverão cumprir as seguintes carências:

1. 60 (sessenta) dias para consultas e exames simples;
2. 90 (noventa) dias para os procedimentos ambulatoriais;
3. 180 (cento e oitenta) dias para internações clínicas e cirúrgicas, exames e procedimentos de alto custo;
4. 300 (trezentos) dias para assistência relativa à gravidez; e
5. 24 (vinte e quatro) meses para cobertura de doenças ou lesões, congênitas ou preexistentes.

Parágrafo Primeiro: Os prazos de carência acima previstos, bem como a prestação dos serviços sem carência, como consultas, exames de laboratório e internações de urgência em Pronto Socorro, terão início a partir da data do recolhimento da primeira (1ª) folha de contribuição aos cofres do CONTRATADO.

Parágrafo Segundo: O período mínimo de permanência do usuário no Plano IPE SAÚDE é de 1 (um) ano, ficando responsabilizado o CONTRATANTE pelo pagamento do período necessário para completar os 12 meses de contribuição, exceto nos casos de exoneração ou óbito dos servidores.

 Parágrafo Terceiro: Em caso de reingresso no Plano, o usuário submeter-se-á novamente aos períodos de carência previstos neste documento.

 Parágrafo Quarto: Enquanto existir o vínculo do servidor com o contratante pode permanecer o vínculo com o IPE SAÚDE.

Parágrafo Quinto: O salário de contribuição do servidor não pode ser inferior, em nenhuma hipótese ao salário mínimo nacional.

# CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO

 As partes concordam em eleger o IPE SAÚDE, como órgão competente para exercer a fiscalização da arrecadação e do recolhimento das contribuições e receitas que lhe sejam devidas, cabendo ao CONTRATANTE disponibilizar os meios necessários ao fiel cumprimento do presente instrumento, recolhendo eventuais diferenças apuradas, obedientes aos termos previstos no art. 16 da Resolução IPERGS nº 329/04.

# CLÁUSULA NOVA: DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

 O presente contrato é firmado exclusivamente entre IPE SAÚDE e CONTRATANTE, não com seus servidores, sendo estes últimos apenas beneficiários do objeto do contrato, sem a caracterização de vínculo com o IPE SAÚDE.

# CLÁUSULA DÉCIMA: O DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

1. Da extinção de vínculo do usuário: ocorrendo a extinção do vínculo do servidor junto ao CONTRATANTE, por qualquer motivo, o CONTRATANTE deverá recolher no ato a Carteira de Identidade Social e, ou cartão magnético do segurado e seus dependentes, bem como outros documentos porventura existentes, e devolvê-los ao CONTRATADO, sob pena de responder pelo uso indevido, indenizando eventual utilização dos serviços, nos casos de exoneração ou óbito, deverão ser remetidos ao CONTRATADO os documentos comprobatórios.
2. Inadimplência de contra partida financeira: Excepcionalmente, e a critério do CONTRATADO poderá ser autorizado ao CONTRATANTE a contrapartida financeira e eventuais acertos por meio de boleto bancário. Caso haja inadimplência por mais de três meses, o contrato será suspenso até que exista o pagamento dos valores.
3. Da suspensão dos serviços: O descumprimento pela entidade CONTRATANTE das obrigações decorrentes do presente ajuste, especialmente quanto ao recolhimento das contribuições devidas será de responsabilidade direta do CONTRATANTE, que deverá repassálas ao CONTRATADO, sob a pena de suspensão dos serviços de assistência à saúde, após 30 (trinta) dias seguintes ao decurso do mencionado prazo, correndo à conta do CONTRATANTE a responsabilidade exclusiva perante o CONTRATADO, pelo valor devido acrescido de juros e correção, e aos seus beneficiários vinculados, inclusive por eventuais incidências patrimoniais e morais advindas da não prestação dos serviços.
4. Da rescisão do contrato: Decorridos 90 (noventa) dias do inadimplemento do recolhimento das contribuições, dar-se-á por rescindido de pleno direito o contrato, respondendo o CONTRATANTE pelo recolhimento das contribuições no período, sujeitando-se à fiscalização prevista na Cláusula Oitava deste Termo.

 Parágrafo Único. Caso regularize os pagamentos devidos, no curso do prazo previsto no inciso “III” supra, antes da fluência do prazo rescisório, o contrato deverá retomar a situação normal, com a fluência regular da prestação de serviços.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido ainda, além do previsto na cláusula anterior:

1. por qualquer infração ao presente contrato, especialmente nas circunstâncias apontadas na Cláusula Décima e nos artigos 11 e 15 da Resolução nº 329/04, com a redação dada pela Resolução nº 347/08;
2. por ato unilateral da Administração do Órgão Gestor, no que couber, nos casos previstos no art. 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
3. amigavelmente, por acordo entre as partes;
4. por falta de envio dos arquivos de manutenção dos servidores cadastrados no prazo de 60 dias, de acordo com a relação que deu origem ao percentual de contribuição: e, V. judicialmente, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão do presente contrato, obriga-se o CONTRATANTE a pagar ao IPE SAÚDE o montante do débito em atraso, assumindo ela para com os referidos servidores todas as responsabilidades, quer dos benefícios ou serviços estipulados no contrato, excluindo o pagamento das pensões por falecimento dos servidores antes do ato da rescisão.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, sujeitando-se o CONTRATANTE, ainda, às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

# CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

 O termo inicial de vigência do contrato e a fruição dos serviços aos usuários do CONTRATANTE dar-se-á a partir do dia seguinte ao recolhimento da 1ª folha de contribuições, validando-se anualmente, caso não seja denunciado, por aviso protocolado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do encerramento de cada ano. Ressalvados os casos de rescisão, o presente contrato tem validade de 01/07/2021 até a data de 30/06/2022.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

 Fica eleito o Foro de Porto Alegre, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Porto Alegre, 7 de junho de 2021.

JÚLIO CÉSAR VIERO RUIVO CONTRATADO

# ANELISE LIZ DOS SANTOS CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

-------------------------------------------------- --------------------------------------------------